

Rejeitado requerimento de abertura de CI contra o Prefeito

>> Stéfani de Castro
Redação DS

O requerimento que solicitava abertura de Comissão de Investigação (CI) contra o prefeito Fábio Martins Junqueira foi votado ontem, na sessão ordinária da Câmara Municipal, logo após a votação e aprovação da suplementação orçamentária para a conclusão das obras do Hospital Municipal (matéria na página 3). O pedido requeria aos vereadores tangaraenses uma investigação aprofundada através da abertura de uma CI contra o Prefeito Fábio Martins Junqueira (PMDB), com base em gravação feita durante reunião com médicos e servidores da saúde de Tangará da Serra, na noite do dia 12 de março.

Os denunciantes afirmavam que Junqueira descreveu aos médicos como faria para ‘deixar



Votação ocorreu na tarde de ontem, 15

de fazer’ o processo licitatório regular para a conclusão das obras da Unidade Mista de Saúde, através da decretação do Estado de Emergência.

Foi lido aos presentes todo o trecho da

gravação da conversa que constava no requerimento. Logo após foi aberto espaço para as considerações do requerimento. Em um primeiro momento pareceu que ninguém quis se pronunciar a respei-

to, porém como num impulso de coragem os vereadores Professor Wagner (PSDB), Fabão (PSDB), Odair José (PTB) e Silvio Sommavilla (PV) tomaram a palavra e discursaram sobre o requerimento.

REJEITADO

Por sete votos a cinco, abertura de CI foi barrada

A pedido do vereador Fabão (PSDB), a votação foi nominal. Foram favoráveis à abertura da CI os vereadores Fabão, Odair José, Rogério Silva (PROS), Wagner Constantino e Silvio Sommavilla. Os que votaram contra o requerimento foram os vereadores: Azenate Carvalho (PMDB), Claudio Frare (PR), Dona Neide (PSD), Maurizan de Souza Goidoi (PMDB), Niltinho do Lanche (PROS), Professor Sebastian (PROS) e Romer Japonês (PR). Sobre seu voto a favor do requerimento Rogério Silva esclareceu que “o pedido de CI não vem com provas concretas, mas sim com alguns indícios de ir-

regularidades. E diante desta situação, cabe a CI analisar a veracidade destas denúncias”. Já o vereador Wagner Constantino disse que o requerimento “traz inúmeras situações, uma delas é esta situação de ‘queda de braço’ do prefeito com os médicos do município. Vejo que a CI teria uma possibilidade muito grande de estudar isso, ver quem tem razão e quem não tem, ver quem dos médicos está ou não cumprindo a carga horária, e em relação à gestão das unidades de saúde. Enfim, teríamos um instrumento muito bom de investigação dessas situações”,finaliza o vereador.

MATO GROSSO

Eleitores poderão usar aplicativo de celular para registrar flagrantes

>> Kelly Martins
G1 MT

Na tentativa de combater de forma mais ágil os crimes eleitorais em Mato Grosso, a população poderá registrar eventuais flagrantes, compra de votos, por exemplo, e encaminhar à Justiça Eleitoral. Isso será feito por meio do aplicativo de celular chamado Pardal, lançado nesta terça-feira, pelo Tribunal Regional de Mato Grosso (TRE-MT), sendo uma das novidades nas eleições de 2014.

As denúncias poderão ser enviadas pelos eleitores por meio de fotos e vídeos. O aplicativo pode ser acessado ou baixado gratuitamente de



Tribunal Eleitoral de MT lançou aplicativo Pardal

celulares tipo smartphone e também está disponível para versão android. O sistema pode ser baixado diretamente pelo site do Tribunal Eleitoral do estado.

Mato Grosso é o segundo estado, de acordo com o órgão, a utilizar a ferramenta, que foi desenvolvida no Espírito Santo, sendo usada na última campanha eleitoral.

NESTA QUARTA

Servidores do Detran fazem paralisação

>> Assessoria

Como a lei que propõe a redução de cargos comissionados do Detran-MT foi aprovada em 2 votações na Assembleia Legislativa e até o momento não foi sancionada e nem publicada, os servidores do Detran decidiram que vão paralisar as atividades nesta quarta-feira, 16, em protesto a obstrução da sanção promovida pelos deputados Mauro Savi(PR), Emanuel Pinheiro(PR) e Dilmar Dal’Bosco (DEM).

O Sindicato dos Servidores do Detran(Sinetran) apurou que o projeto foi aprovado no dia 12 de março em segunda votação e depois de

ser aprovada, os deputados citados encabeçaram um pedido de emenda no dia 18 de março alterando o teor do projeto de lei conforme interesse alheio ao da população.

O Sinetran afirma que a emenda pleiteada fora do tempo, além de manter os cargos que o Detran tem atualmente, também impede a criação da Escola Pública de Trânsito que é exigida pelo Código de Trânsito Brasileiro desde 1997, porém, contraria o interesse do Sindicato dos Centros de Formação de Condutores (SindCFC) que hoje detém alguns serviços de formação por meio das auto-escolas.

M

Magazine

moda masculina

3326 3044

LIQUIDAÇÃO TOTAL

50%

40%

A VISTA

TERNOS DE 288,00 POR 144,00

CAMISAS DE 69,00 POR 34,50

EM ATÉ 3X

CALÇAS DE 79,00 POR 39,50

CAMISETAS DE 59,00 POR 29,50

CINTOS DE 29,00 POR 19,50

TUDO NO PREÇO DE ETIQUETA A PRAZO